

Concepção do professor especializado sobre a sexualidade do aluno com deficiência

Maria Aparecida Viudes Poppi
Eduardo José Manzini

Como citar: POPPI, M. A. V.; MANZINI, E. J. Concepção do professor especializado sobre a sexualidade do aluno com deficiência. *In:* MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (org.). **Educação Especial e Estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística.** Marília: Unesp Marília Publicações, 1999. p. 155-166. DOI: <https://10.36311/1999.978-85-86738-07-7.p155-166>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CONCEPÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALIZADO SOBRE A SEXUALIDADE DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA¹

Maria Aparecida Viudes POPPI²

Eduardo José MANZINI³

A sexualidade de alunos com deficiência pode se expressar em diversas situações e ambientes. Um dos ambientes de grande importância na vida de pessoas com deficiência é a escola. Na escola o adolescente tece relações sociais com a professora, diretora, coordenadora, inspetores e com os demais alunos. Nesse relacionamento social podem surgir as manifestações de sua sexualidade. Assim, o profissional que trabalha com alunos com deficiência precisa estar preparado para tratar desse assunto sem espanto, recriminações ou castigos, ou seja, com sabedoria.

Podemos afirmar que a educação sexual da criança deve começar cedo envolvendo profissionais, escola e família. Até pouco tempo atrás era costume deixar a orientação sexual para mais tarde. Pensava-se que a criança nada disso entendia, nada sabia e nem queria saber.

A educação sexual faz parte essencial do processo de educação e ocupa lugar importante no processo evolutivo do ser humano. Não se constitui em etapas estanques ou de informações isoladas. Não se trata de dar a criança com deficiência esta ou aquela informação, neste ou naquele período, sobre este ou aquele órgão, mas dotá-la de capacidade para tentar valorizar, com responsabilidade, todos os seus órgãos e funções.

Podemos entender que a orientação é o principal ponto, sabendo-se que a curiosidade sexual é natural a todos. A ausência da curiosidade deve

¹Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial - Unesp - Campus de Presidente Prudente, convênio UNESP/Capes/Proesp, 1997/1998.

²Professora do ensino comum e aluno do Curso de Especialização em Educação Especial

³Departamento de Educação Especial - Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília e orientador do estudo.

preocupar mais do que a sua existência. Quando a criança pergunta como é que os bebês nascem ou como eles são feitos, ela não sabe que tais perguntas são sobre o tópico que nós adultos chamamos *sexo*. A criança faz estas perguntas do mesmo modo como ela pergunta *como nascem os pintinhos ou como a plantinha cresce*.

Se todas as perguntas forem respondidas calmamente, com clareza e naturalidade, a criança compreenderá os fatos relacionados à reprodução humana, do mesmo modo natural que compreende a reprodução de plantas e outras formas de vida.

Se, no entanto, às perguntas relativas a sexualidade, reprodução, sexo, são respondidas de modo diferente que respostas a outras perguntas, isto é, de modo evasivo, com mentiras, ou com hesitação a criança aprenderá que sexo é assunto diferente ou vergonhoso ou feio. Quando isto ocorre, a criança ou começa a procurar respostas em fontes que não sejam pais e professores (muitas vezes com colegas que sabem tão pouco quanto ela) ou pára totalmente de fazer perguntas e começa a imaginar coisas. O que imagina pode, às vezes, ser totalmente errôneo, vergonhoso e confuso.

Tais idéias, quando não são ventiladas adequadamente, seja por medo de punição ou vergonha, podem levar a um bloqueio que no futuro, de fato, venha interferir com o funcionamento sexual e compreensão da sua sexualidade.

Devemos lembrar que o tipo e a profundidade da informação dada devem variar de acordo com a capacidade de compreensão de cada criança.

Em relação a crianças que possuem uma deficiência mais comprometida este problema pode ser maior porque enquanto a criança já pode ter idade o suficiente para estar interessada em sexo, ela pode não saber formular perguntas ou não entender as explicações.

Quando a criança não sabe colocar ou não consegue entender explicações mais profundas, o importante não é ensinar a ela os fatos fisiológicos, mas o importante é que ela sinta que o assunto *sexo* é natural.

Pensando no tema sexualidade e nas possíveis situações escolares advindas da prática com alunos com deficiência desenvolvemos o presente estudo, que teve como objetivo verificar como o professor que trabalha com educação especial lida com o tema sexualidade de seu aluno com deficiência.

Desenvolvimento do estudo

A pesquisa foi realizada com cinco professores, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. Do total de participantes, dois possuem formação de segundo grau - magistério e três possuem formação acadêmica em pedagogia.

Quadro 1 – Características dos professores participantes do estudo

Professor	Sexo	Tempo de atuação	Tipo de atuação
1	feminino	5 anos	Sala especial para aluno com deficiência mental leve
2	feminino	15 anos	Sala especial para aluno com deficiência auditiva
3	masculino	15 anos	Diretor de Escola Estadual que atende alunos deficientes
4	feminino	5 anos	Sala especial para aluno com deficiência física.
5	feminino	5 anos	Sala especial para aluno com deficiência mental leve

O procedimento de coleta de informações foi realizado por meio de questionário que continha 13 perguntas abertas. Essas perguntas abordavam: a) a necessidade da educação sexual fazer parte do currículo escolar; b) as opiniões sobre o direito da vida afetiva-sexual de pessoas com deficiência tais como, namoro, casamento e direito a ter filhos; c) os procedimentos utilizados frente a situações como a masturbação em sala de aula, carícia entre alunos; c) o papel da família e escola na educação sexual do jovem deficiente; e, d) dúvidas ou dificuldades encontradas sobre o tema.

Os questionários foram entregues pessoalmente aos professores que tiveram aproximadamente 15 dias para responderem, por escrito, as questões apresentadas.

Após devolução dos questionários passou-se a fazer uma análise de conteúdo do material escrito. Nessa análise agrupamos as informações em sete

temas: o papel da família; o papel da escola; a importância da orientação sexual, a necessidade de profissionais para apoio; como lidar com o tema masturbação; concepção sobre sexualidade do deficiente; vida sexual-afetiva do deficiente. A seguir apresentaremos os temas identificados.

Descrevendo os temas abordados

Papel da família

Para os professores a família tem importante papel na orientação sexual do seu filho. Ela está sempre mais próxima da criança ou adolescente e é ela que muitas vezes responde pelos atos dos filhos, ela que deverá agir em situações específicas. Vejamos alguns relatos:

...É preciso também que haja respaldo da família para que se torne ainda mais saudável (P2)

Os pais muitas vezes, se recusam a falar no assunto, alguns até acham melhor a criança aprender na rua, do jeito dele (P1)

A família tem fundamental importância para saber agir em determinada situação (P4)

Para os professores, alguns pais sentem dificuldade em lidar com esse tema, o que leva a criança a obter informações em outras fontes que não a família. Um problema em buscar conhecimento na rua é que as informações ser errôneas e, principalmente, podem vir carregadas de preconceitos.

Papel da escola

Para os participantes o papel da escola é de dar continuidade à orientação sexual dos alunos, mas que esta orientação iniciar-se no meio familiar. Essa orientação deve *ser natural e sem tabu*. Levar em consideração o grau de entendimento cognitivo do aluno, sua faixa etária também são elementos necessário para que a orientação ocorra adequadamente.

A escola deve trabalhar a educação sexual de maneira natural sem tabu (P1)

Deve partir da família e a escola dando continuidade para que seja dado a melhor orientação possível dentro da faixa etária do entendimento, gradativamente sendo dadas todas as informações devidas (P 3)

Sem dúvida a família tem importante papel de iniciar a orientação sexual dos seus membros. Porém, muitas vezes, percebe-se que essa não é uma prática cotidiana. Sobram então a escola e a rua para proverem essa falta de informação. Nesses casos, a escola acaba substituindo papéis que poderiam ser desempenhados pela família. Parece que, o problema maior é quando a própria escola não está preparada para fornecer essas informações. Resta então, para os alunos as informações da rua.

Importância da orientação sexual

Segundo os participantes, a orientação sexual seria importante para prevenir a gravidez na adolescência. Para os participantes, um programa de orientação sexual deveria abordar o uso de anticoncepcionais, doenças transmissíveis através da relação sexual e orientação quanto ao relacionamento sexual.

O problema maior está aí, onde muitas crianças de treze, catorze anos aparecem grávidas porque não tiveram a orientação no momento certo (P1)

A criança precisa ter uma orientação adequada quanto à relação sexual, uso de anticoncepcionais etc (P5)

Essas informações são muito importantes, pois a escola parece ter a mesma preocupação que a família: a gravidez na adolescência. Esses dados nos mostram que as concepções do meio familiar parecem ser semelhantes a dos professores entrevistados. Assim, os professores, ao responderem às perguntas, estariam assumindo o papel de pais, ou seja, a preocupação não está sendo de ordem educacional, mas social. Essa projeção e troca de papéis, com certeza, não o mérito do tema em pauta, que é uma preocupação bastante relevante: o

adolescente pode estar preparado para ter um bebê, porém estaria preparado para ter um filho?

A necessidade de profissionais para apoio

Apesar de não indicarem as dificuldades em lidar com o tema sexualidade do aluno com deficiência, os professores sentem necessidade de orientação para tratar do tema em sala de aula. A procura de ajuda com outros professores, psicólogos e coordenadores parece ocorrer. Alguns professores, quando sentem dificuldade em lidar com o assunto, realizam encaminhamento para outros profissionais.

[...] o ideal seria que houvesse um psicólogo, um médico, uma pessoa capacitada para fazer esse trabalho (P1)

[...] como nossos alunos têm acompanhamento psicológico procuro passar o fato, que sem dúvida nenhuma tem mais preparo que eu para tratar do assunto (P1)

[...] sempre procuro encaminhar para profissionais mais capacitados com a finalidade de orientá-los (P1)

[...] trocamos idéias com as psicólogas, pedagogas, coordenadoras, com colegas e buscamos até a família muitas vezes (P2)

Essas informações demonstram que o professor necessita de apoio externo. Além disso, expõe o fato de que a escola ainda não possui uma estrutura técnica que possa dar apoio ao tema sexualidade. Assim, os professores parecem não se sentir preparados para lidar com o assunto sexualidade, pois, segundo P1, *o ideal seria que houvesse um psicólogo ou médico, uma pessoa capacitada*. Esse mesmo participante informa que suas ações sobre o tema sexualidade se direcionam para encaminhamentos a profissionais especializados. Porém, poderíamos questionar que, dentro da sala de aula, a pessoa mais preparada seria o próprio professor. Uma saída para lidar com essa problemática seria a preparação do professor, apontada pelo participante P2: *trocamos idéias com as psicólogas, pedagogas, coordenadoras, com colegas e buscamos até a família muitas vezes*.

Como lidar com o tema masturbação

Ao responderem a questão sobre masturbação dos alunos, a maioria dos participantes indicou tratar esse assunto de maneira natural, sempre frisando a existência de ambiente adequado para a prática masturbatória.

Procuro tratar isso de maneira natural, porque quando se esconde fica pior a situação (P2)

Procuro não repreender, mas colocar que é uma coisa para se fazer num lugar adequado, no momento adequado (P3)

Tento agir normalmente, conversando com ele e colocando que a masturbação faz parte do desenvolvimento sexual das crianças, mas que existem lugares adequados e que tudo tem a sua hora certa (P4).

Pelas informações obtidas é possível interpretar que os participantes parecem lidar com o tema *masturbação* de forma não preconceituosa, tentando demonstrar que a masturbação é um ato humano natural.

Concepção sobre sexualidade do deficiente

A concepção da maioria dos participantes indica que o deficiente possui sexualidade que não é diferente das demais pessoas.

A sexualidade do deficiente não é diferente da nossa, então tem que ser vista como normal, pois eles também têm desejos (P2).

A educação sexual é normal a todo ser humano, deve começar na família e dar continuidade na escola (P3).

Eu encaro a sexualidade do deficiente como a de uma pessoa qualquer, portanto eles têm os mesmos direitos (P1).

Para o participante 1 a sexualidade aflora mais cedo do que dos demais jovens. Para o participante 5 o sexo ajudaria a controlar os impulsos, manter a calma o que serviria de remédio para o próprio deficiente. Para o participante 4 ocorreriam limitações para o desenvolvimento sexual como no caso do deficiente físico severo.

Vejo que algumas limitações poderiam ser somente em casos críticos como, por exemplo, o deficiente físico (paraplégico), esses teriam limitações porque não conseguem desenvolver totalmente a parte sexual (P4).

[...] trata-se de um ser humano e a sexualidade dele, justamente por ser considerado um deficiente, aflora mais, ou seja, mais antes do tempo que uma criança normal, de maneira mais forte (P1).

Existe o momento de aflorar e esse momento precisa ser bem trabalhado, porque a criança também não sabe o que está acontecendo com ela, ela percebe as mudanças, mas se assusta por não entender direito (P1).

Acho até que o sexo ajuda a controlar certos impulsos e ajuda a manter o equilíbrio, acalma, inclusive poderá servir até de remédio para ele (P5).

Vida sexual-afetiva do deficiente

Na concepção dos participantes a vida sexual-afetiva pode significar relacionamento sexual, casamento e direito a ter filhos. Para alguns participantes esse direito a vida sexual é indicado a pessoas com deficiência leve, para outros esse direito não se restringe a determinadas categorias ou graus de deficiências.

As deficiências podem se apresentar de diversas maneiras, conforme o caso, se for uma deficiência leve, eles têm direito a uma vida sexual afetiva como qualquer outra pessoa (P5).

Todo deficiente tem direito a uma vida sexual-afetiva, pois o sexo ajuda a equilibrar o comportamento da pessoa, só que essa vida sexual tem que ser na época certa (P4).

O casamento de pessoas com deficiência é visto com reservas. Novamente entra em cena a questão do tipo e grau de deficiência. Para um dos participantes o casamento de pessoas com deficiência traria benefícios tornando a pessoa *mais calma*.

O casamento não é uma relação comum como de outras pessoas, é um relacionamento diferente, por isso seria necessário um contato mais direto com a família (P3).

O casamento seria inatingível somente se a deficiência for um grau muito avançado, pois dependendo do grau de anormalidade, acho que não há problema nenhum, ele até pode ter uma vida conjugal normal (P1).

Vai depender do grau de deficiência, das suas limitações, se estão aptos para construir uma família, o casamento vai contribuir para ter uma vida feliz (P2).

Na maioria das vezes, quando deficientes se casam, se tornam pessoas mais tranqüilas, não são internadas tantas vezes e se tornam pessoas até mais equilibradas (P4).

Sobre o tema esterilização as opiniões parecem convergir para a necessidade dessa medida nos casos de deficiência mental grave ou em *casos extremos*, ou quando trazem prejuízo à saúde da própria pessoa. Essas justificativas se completam quando incluem que às vezes a pessoa deficiente não tem como assumir responsabilidades. Outra concepção que pode ser salientada refere-se ao participante P5. Para ele a esterilização parece ser uma forma de barrar ou a sexualidade, ou a manifestação sexual, ou as conseqüências de uma gravidez.

Acho que isso (esterilização) seria viável somente em caso extremo (P1)

Só acho justificável (a esterilização) se for um caso sério, onde poderá trazer grandes conseqüências para o adolescente, como por exemplo, um problema sério de saúde e outros riscos (P2).

Eu acredito que nos casos de deficiências mentais graves, deficiências profundas, acho bem justificável (a esterilização) porque não tem condições de assumir as conseqüências dos atos dele (P4).

Se são casos comprometidos, é viável porque não se tem como barrar isso (P5)

Conclusão

Os resultados obtidos junto aos professores indicam que, nunca sala de aula para jovens com deficiência, o assunto sexualidade deve ser tratado de forma natural. Porém o assunto ainda é delicado, e os profissionais se sentem preocupados e, algumas vezes, inseguros, buscando apoio em outros profissionais como: psicólogos, médicos, pedagogos. Ou seja, o tema sexualidade é ainda polêmico, principalmente, quando justaposto ao tema deficiência.

Para a maioria dos participantes a educação sexual para portadores de deficiência não é diferente das outras pessoas, pois são seres humanos, também possuem desejos e têm os mesmos direitos de vivenciar plenamente sua sexualidade. Porém apresentam contradições ao discutir o tema casamento, esterilização e vida sexual-afetiva.

É importante destacar que, embora a família seja citada nas respostas às perguntas do questionário, não houve indicação de como família e escola, conjuntamente, podem tratar desse tema. Ou seja, não existe um delineamento exposto de uma programação de interligação entre família e escola, nem um claro enfoque de que a escola forneceria continuidade à orientação sexual advinda do lar desse aluno.

Acreditamos que, talvez, o mais importante não seja falar sobre sexualidade com esses adolescentes, mas procurar escutá-los. Verificar suas dúvidas, ouvir suas ansiedades, mesmo quando colocadas de forma distorcida (risadas, piadas, desenhos) e dar provas de estar junto com o adolescente em seu desenvolvimento e em sua procura. Essa escuta atenta não significa cruzar os braços e assistir, passivamente, às tentativas e aos tropeços, mas estar disposto a esclarecer, sempre que for preciso, ou encaminhar a quem possa fazê-lo.

Referências Bibliográficas

ASSUMPÇÃO, F. B., SPROVIER, M. H. S. *Sexualidade e deficiência mental*. São Paulo: Moraes, 1987.

- COELHO, E. F. Deficiência sexual: do proibido ao permitido. Porto Alegre: Luzzato, 1987.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Pra começo de conversa. *Revista Pedagógica*. São Paulo: CENP, 1985.
- GHERPELLI, M. H. B. U. *Diferente, mas não desigual*. São Paulo: Gente, 1995.
- GLAT, R. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- LIPP, M. N. *Sexo para deficientes mentais*. São Paulo: Cortez, 1986.
- NUNES, C. A. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papyrus, 1987.